

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

**Demonstrações financeiras referentes aos exercícios
findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações dos resultados	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório da Administração

Senhores Cotistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras da SAMM - Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda., elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e expressando os resultados alcançados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

São Paulo, 27 de março de 2024.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Chácara Santo Antônio
04719-002 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos quotistas e Diretores da
SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa .
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa . Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Alyster Suusmann Pere
Contador CRC 1SP230426/O-9

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Balancos patrimoniais

em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2023	2022
Circulante		27.700	66.261
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.499	27.220
Aplicações financeiras	6	-	3.027
Contas a receber das operações	7.1	10.711	29.957
Contas a receber de partes relacionadas	9	421	3.814
Tributos a recuperar		2.807	1.915
Despesas antecipadas e outros créditos		262	328
Não circulante		275.215	215.363
Realizável a longo prazo			
Contas a receber das operações	7.1	18.230	19.813
Imposto de renda e contribuição social diferido	8.2	31.405	26.078
Outros créditos		2.155	1.952
Imobilizado	10	101.729	94.583
Intangível	11	66.124	42.055
Direito de uso em arrendamento	9 e 12.1	55.572	30.882
Total do ativo		302.915	281.624
Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022
Circulante		86.638	105.024
Notas promissórias	13	-	55.315
Fornecedores	14	18.383	16.087
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	6.884	7.973
Mútuos com partes relacionadas	9	32.608	-
Obrigações sociais e trabalhistas		6.558	6.592
Impostos e contribuições a recolher		3.338	2.323
Impostos parcelados		37	58
Passivo de contrato	7.1 (a)	3.817	3.875
Passivo de arrendamento	12.2	13.257	12.654
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	9 e 12.2	1.599	-
Outras obrigações		157	147
Não circulante		145.162	101.332
Fornecedores	14	30.353	21.251
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	25.926	10.885
Impostos parcelados		45	87
Passivo de contrato	7.1 (a)	43.870	48.174
Passivo de arrendamento	12.2	21.369	20.846
Passivo de arrendamento com partes relacionadas	9 e 12.2	22.578	-
Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	63	56
Outras obrigações		958	33
Patrimônio líquido	16	71.115	75.268
Capital social		109.701	109.701
Prejuízos acumulados		(38.586)	(34.433)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		302.915	281.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações dos resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	17	77.631	82.451
Custos dos serviços prestados		(62.377)	(54.585)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12.1	(45.783)	(40.742)
Custo com pessoal		(8.819)	(7.893)
Materiais, equipamentos e veículos		(587)	(475)
Serviços		(1.298)	(865)
Comunicação de dados - internet		(1.103)	(976)
Direito de passagem		(3.785)	(2.541)
Outros		(1.002)	(1.093)
Lucro bruto		15.254	27.866
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(14.190)	(14.706)
Despesa com pessoal		(10.056)	(10.332)
Serviços		(932)	(1.329)
Depreciação e amortização	10, 11 e 12.1	(355)	(397)
Materiais equipamentos e veículos		(86)	(63)
Aluguel de imóveis e condomínios		(1.248)	(1.069)
Provisão para perda esperada - contas a receber		(524)	(354)
Outras receitas (despesas) operacionais		(989)	(1.162)
Resultado antes do resultado financeiro		1.064	13.160
Resultado financeiro	18	(7.172)	(3.596)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		(6.108)	9.564
Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos	8.1	1.955	(2.689)
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(4.153)	6.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações de resultado abrangente

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.153)	6.875
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(4.153)	6.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2022	109.701	(38.308)	71.393
Lucro líquido do exercício	-	6.875	6.875
Destinações:			
Juros sobre capital próprio em 22 de dezembro 2022 (líquido)	-	(2.550)	(2.550)
Juros sobre capital próprio em 22 de dezembro de 2022 (IRRF)	-	(450)	(450)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	109.701	(34.433)	75.268
Prejuízo do exercício	-	(4.153)	(4.153)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	109.701	(38.586)	71.115

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SAMM – Sociedade de Atividades em Multimídia Ltda.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	2023	2022
(Prejuízo) lucro líquido do exercício		(4.153)	6.875
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.1	(5.327)	(111)
Depreciação e amortização	10 e 11	31.519	27.282
Juros sobre notas promissórias	18	2.126	6.639
Capitalização de custos dos empréstimos	18	(393)	(2.327)
Juros sobre mútuo e comissão de fianças partes relacionadas	18	3.422	429
Juros sobre impostos parcelados	18	14	19
Atualizações para provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários	15.1	7	(187)
Provisão para perda esperada - contas a receber	7.1	524	354
Ajuste a valor presente do arrendamento	18	4.890	2.963
Depreciação – Direito de uso em arrendamento	12.1	14.619	13.857
Ajuste a valor presente - contratos		1.234	2.588
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas		(1.363)	(594)
Rendimento de aplicação financeira		(718)	(344)
Variações nos ativos e passivos			
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber	7.1	20.305	(37.442)
Contas a receber de partes relacionadas	9	3.393	(3.592)
Impostos a recuperar		478	(1.484)
Despesas antecipadas e outros créditos		(137)	(79)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores	14	(40.398)	(1.629)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas	9	15.153	(5.933)
Obrigações sociais e trabalhistas		(34)	1.144
Impostos e contribuições a recolher e parcelados		4.340	2.510
Pagamentos com imposto de renda e contribuição social		(4.054)	(2.732)
Pagamentos com obrigações trabalhistas e previdenciários		-	(10)
Passivo de contrato		(4.362)	31.944
Outras obrigações		935	(230)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		42.020	39.910
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	10	(22.577)	(25.999)
Adição ao ativo intangível	11	6.070	(322)
Outros do ativo intangível	10 e 11	3.358	16
Aplicações financeiras líquidas de resgate		3.745	(1.057)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		(9.404)	(27.362)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de juros sobre capital próprio	20.2	-	(2.550)
Notas promissórias:			
Captações (líquidas de custo de transação)	20.2	-	49.815
Pagamentos de principal e juros	20.2	(57.441)	(37.773)
Arrendamento:			
Pagamentos de principal e juros	20.2	(18.896)	(4.432)
Mútuos com partes relacionadas:			
Captações	20.2	30.000	-
Caixa líquido (usado nas) provenientes das atividades de financiamento		(46.337)	5.060
(Redução) aumento do saldo de caixa e equivalente de caixa		(13.721)	17.608
Demonstração da (redução) aumento do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício		27.220	9.612
No final do exercício		13.499	27.220
		(13.721)	17.608

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



1. Contexto operacional

A Empresa foi constituída em 19 de dezembro de 2008, com sede na Avenida Chedid Jafet, 222 - Vila Olímpia, São Paulo, e tem como objeto social os serviços de telecomunicação, seja por meio de concessão, permissão ou autorização, exploração e prestação de serviços, por conta própria ou de terceiros, de serviços de valor adicionado, tendo como objetivo a prestação de serviços de comunicações multimídia, por meio de outorga/autorização da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), visando soluções de infraestrutura de telecomunicações para prestação de serviços de rede de transporte de alta capacidade, cessão de capacidade de rede e compartilhamento de infraestrutura correlata (cessão de fibra óptica), bem como a participação no capital de outras sociedades. Conforme publicado no Diário Oficial da União, Ato nº 4.844 de 12 de julho de 2011 do Processo nº 53500.005557/2011, a Anatel expediu autorização à Empresa, CNPJ/MF nº 10.665.151/0001-12, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Em 28 de dezembro de 2023, a Controladora CCR S.A. encerrou a transação de venda da totalidade das quotas da Empresa, em razão do não cumprimento, pela compradora Luna Fibra S.A., de condição precedente prevista no Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças, celebrado em 27 de dezembro de 2022.

A Controladora CCR reforça que continuará sua estratégia de revisão do portfólio e de alocação de capital e manterá os seus acionistas e o mercado em geral devidamente informados sobre novas oportunidades para alienação.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras estão divulgadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Em 27 de março de 2024, foi autorizada pela Administração da Empresa a emissão das demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.



Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Empresa, sendo as alterações reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes estão incluídas nas notas explicativas:

- 3.7 Provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*): principais premissas utilizadas na determinação do valor em uso;
- 7.1. Provisão para perda esperada: principais premissas para determinação do risco de crédito;
- 8.2. Impostos diferidos: valor de reconhecimento de ativos fiscais diferidos, baseado na disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual poderão ser utilizados;
- 14.1. Provisão para riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários: determinação de valor suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso;
- 18. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo: premissas para mensuração do valor justo, com base em dados observáveis.

3. Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais descritas têm sido aplicadas consistentemente nos exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

3.1 Receitas de contratos com clientes

É aplicado um modelo de cinco etapas para contabilização de receitas decorrentes de contratos com clientes, de tal forma que uma receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de controle de bens ou serviços para um cliente.

As cinco etapas mencionadas acima são: (1) identificação de contratos com clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho do contrato; (3) determinação do preço de transação; (4) alocação do preço da transação para obrigações de performance; e (5) reconhecimento da receita.

As receitas de multimídia (comunicação de dados) se referem a transmissão de dados via cabo óptico (Data Samm e IP Corporate) ou radiofrequência e são reconhecidas à medida da realização da prestação de serviços.

As receitas são reconhecidas no período de competência, ou seja, quando da prestação de serviço.

As obrigações de prestar serviços aos clientes, em conformidade com as definições do CPC 47, são reconhecidas nos passivos de contrato.

As receitas de locação de fibras ópticas apagadas, se referem a locação de infraestrutura a clientes e são reconhecidas à medida do prazo do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.
Para maiores detalhes, vide nota explicativa n.º 17.



3.2 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração



dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.



Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

- Ativos financeiros a custo amortizado** Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
- Ativos financeiros a VJR** Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando:

- os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou
- transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que:
 - substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou
 - a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.



3.3 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com conversibilidade imediata e risco insignificante de mudança de valor. São recursos mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo.

Além dos critérios acima, utiliza-se como parâmetro de classificação, as saídas de recursos previstas para os próximos 3 meses a partir da data da avaliação.

Aplicações financeiras

Refere-se aos demais investimentos financeiros não enquadrados nos itens acima mencionados.

3.4 Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar, para a liquidação dessa transação.

3.5 Ativo imobilizado

Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do mesmo, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor



contábil do componente repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes são reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

3.6 Ativos intangíveis

A Empresa possui os seguintes ativos intangíveis:

- Cessão de fibra óptica e radiofrequência

São demonstrados ao custo de aquisição, equivalentes aos valores contratuais ajustados a valor presente, deduzidos da amortização, a qual é calculada de acordo com os prazos contratuais.

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil.

3.7 Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perda com componente significativo de financiamento são mensuradas para 12 meses, exceto se o risco de crédito tenha aumentado significativamente, quando a perda esperada passa a ser mensurada para a vida inteira do ativo.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um exercício mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

As provisões para perdas com contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento, as quais resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o exercício contratual máximo durante o qual a Empresa está exposta ao risco de crédito.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises



quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. Quando aplicável, as perdas de crédito são mensuradas a valor presente, pela diferença entre os fluxos de caixa a receber devidos a Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber. As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos e debitada no resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável e, caso seja constatado que o ativo está *impaired*, um novo valor do ativo é determinado.

A Empresa determina o valor em uso do ativo tendo como referência o valor presente das projeções dos fluxos de caixa esperados, com base nos orçamentos aprovados pela Administração, na data de avaliação, considerando taxas de descontos que reflitam os riscos específicos relacionados a unidade geradora de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável, somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.8 Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou não formalizada constituída como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.



Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.9 Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros ativos, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre instrumentos financeiros passivos.

As despesas financeiras compreendem basicamente os juros, variações monetárias sobre passivos financeiros, recomposições dos ajustes a valor presente sobre as provisões e mudanças no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

3.10 Benefícios a empregados

Planos de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no limite de 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, às taxas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.



Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Empresa leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado. A Empresa acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada em relação a todos os exercícios fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, que levariam a Empresa a mudar o seu julgamento quanto à adequação da provisão existente, tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda, lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias dedutíveis quando for provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais estes serão utilizados, limitando-se a utilização a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovado pela administração, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita decorrente de cada atividade operacional da Empresa, que podem ser impactados pelas reduções ou crescimentos econômicos, as taxas de inflação esperadas, volume de tráfego, entre outras.

O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

3.12 Arrendamento

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários.

No início de um contrato, a Empresa avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Empresa aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

A Empresa aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. A Empresa reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.



Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos.

Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Os pagamentos do arrendamento incluem: (i) pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber; (ii) pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual; (iii) valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; (iv) o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (v) pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Empresa apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "Direito de uso em arrendamento" e "Passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Empresa usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. A Empresa determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Empresa não é obrigada a fazer ajustes para arrendamentos em que é um arrendador, exceto quando é um arrendador intermediário em um subarrendamento.

Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 12.

3.13 Adoção inicial de normas novas e alterações

A Empresa adotou, inicialmente, a partir de 1º de janeiro de 2023, novas normas que não produziram impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2023:

- CPC 50 – Contratos de seguros;



- Divulgação de políticas contábeis – alterações ao CPC 26;
- Definição de estimativas contábeis – alterações ao CPC 23; e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32).

3.14 Novas normas ainda não efetivas

Algumas novas normas serão efetivas para exercícios findos após 31 de dezembro de 2023 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Classificação do passivo em circulante ou não circulante – alterações ao CPC 26;
- Passivos de arrendamento em uma venda e *leaseback* – alterações ao CPC 06;
- Passivo não circulante com *covenants* – alterações ao CPC 26; e
- Acordos de financiamento de fornecedores (Risco Sacado) – alterações ao CPC 03 e CPC 40.

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Caixa e bancos

Os valores justos desses ativos financeiros são iguais aos valores contábeis, dada sua liquidez imediata.

- Aplicações financeiras

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e/ou divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (B3 e Bloomberg).

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- Nível 1: preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e



- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

5. Gerenciamento de riscos financeiros

5.1. Visão geral

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação; e
- c) Risco financeiro e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Empresa a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Empresa sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de *rating*. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 7, 9, 12 e 18.

b) Risco de taxa de juros e inflação

Decorre da possibilidade de sofrer redução nos ganhos ou aumento nas perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

A Empresa está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) relativos as notas promissórias. As taxas de juros nas aplicações financeiras são em sua maioria vinculadas à variação do CDI. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas n.ºs 6, 9, 12 e 18.

c) Risco financeiro e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Empresa faz para financiar suas operações. Risco de liquidez é o risco de que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de notas promissórias. A Administração avalia que a Empresa goza de capacidade para manter a continuidade operacional dos negócios, em condições de normalidade.



Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

O quadro seguinte apresenta os passivos financeiros não derivativos, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual de vencimento. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem o pagamento de juros contratuais:

	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 3 anos	Entre 3 e 4 anos	Acima de 4 anos
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas (a)	7.131	3.586	3.194	3.317	48.803
Fornecedores (a)	18.730	7.411	5.015	4.668	33.379
Mútuos com partes relacionadas	32.608	-	-	-	-

(a) Valores brutos de ajuste a valor presente.

Em 31 de dezembro de 2023, a Empresa possui capital circulante líquido negativo de R\$ 58.938 substancialmente composto por mútuos com partes relacionadas, conforme mencionado na nota explicativa nº 9. Além da geração de caixa decorrente de suas atividades, a Empresa, está permanentemente reestruturando suas dívidas e conta com o suporte financeiro da acionista controladora CCR S.A..

6. Caixa e equivalentes de caixa e Aplicações financeiras

	2023	2022
Caixa e bancos	24	30
Aplicações financeiras (a)	13.475	27.190
Total	13.499	27.220
Aplicações financeiras	2023	2022
Circulante	-	3.027
Aplicações financeiras (a)	-	3.027
Total	-	3.027

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,51% do CDI, equivalente a 13,17% a.a., em 31 de dezembro de 2023 (100,23% do CDI, equivalente a 12,46% a.a., em média, em 31 de dezembro de 2022).

(a) Compreende substancialmente aplicações em fundo de investimento exclusivo e CDB.



7. Contas a receber e Passivo de contrato

7.1. Contas a receber líquidas

	2023	2022
Circulante	10.711	29.957
Contas a receber das operações (a)	15.872	34.594
Provisão para perda esperada (b)	(5.161)	(4.637)
Não Circulante	18.230	19.813
Contas a receber das operações (a)	18.230	19.813
Total	28.941	49.770

(a) Créditos a receber decorrentes das operações, tais como:

- serviços em atividades de multimídia e cabos ópticos e telefônicos;
- serviços em atividades de locação de fibra óptica, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida o passivo de contrato de fibra óptica que em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 3.413 no passivo circulante e R\$ 37.592 no passivo não circulante (R\$ 3.447 e R\$ 41.096, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 21.573 (R\$ 43.047 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 60 a 240 meses. As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos com vigência iniciada em 2023 e 2022 são de 9,24% e 9,64% a.a., respectivamente;
- Créditos a receber decorrentes de serviços de aluguel de infraestrutura de *datacenter Colocation*, demonstrados a valor presente, de acordo com o período de competência, tendo como contrapartida o passivo de contrato de aluguel de infraestrutura de *datacenter Colocation* que em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 404 no passivo circulante e R\$ 6.278 no passivo não circulante (R\$ 428 e R\$ 7.078, respectivamente, em 31 de dezembro de 2022). O valor nominal do contrato em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 13.164 (R\$ 14.476 em 31 de dezembro de 2022). O contrato possui vigência de 240 meses a partir de julho de 2020. A taxa anual para cálculo do valor presente para este contrato foi de 9,24% e 9,64% a.a. em 2023 e 2022, respectivamente; e

(b) Reflete a perda esperada das operações, referentes aos créditos a receber citados no item (a).

7.2. Aging do contas a receber

Idade de vencimentos dos títulos	2023	2022
Créditos a vencer	27.913	49.196
Créditos vencidos até 60 dias	883	496
Créditos vencidos de 61 a 90 dias	145	78
Créditos vencidos de 91 a 180 dias	444	78
Créditos vencidos há mais de 180 dias	4.717	4.559
Total	34.102	54.407



7.3. Movimentação da provisão para perda esperada

	2023	2022
Saldo inicial	(4.637)	(4.283)
Aumento da provisão para perda esperada	(524)	(354)
Saldo final	(5.161)	(4.637)

8. Imposto de renda e contribuição social

8.1. Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

Conciliação do imposto de renda e contribuição social	2023	2022
(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social	(6.108)	9.564
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal (34%)	2.077	(3.252)
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(141)	(157)
Remuneração variável de dirigentes estatutários	(260)	(219)
Juros sobre capital próprio	-	1.020
Incentivos relativos ao imposto de renda	72	56
Atualização monetária sobre créditos tributários (Selic)	179	-
Outros ajustes tributários	28	(137)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	1.955	(2.689)
Impostos correntes	(3.372)	(2.800)
Impostos diferidos	5.327	111
Alíquota efetiva de impostos	32,01%	28,12%

8.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:



Imposto de renda e a contribuição social diferidos	2023	2022
Bases Ativas	32.677	27.445
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	17.639	19.127
Contrato de IRU e ajuste a valor presente	11.001	5.141
Provisão para perda esperada - contas a receber	1.754	1.576
Arredamento	1.098	466
Provisão para participação nos resultados (PLR)	1.083	1.073
Tributos com exigibilidade suspensa Pis e Cofins	51	43
Programa de gratificação longo prazo	29	-
Provisão para riscos trabalhistas, tributários e fiscais	22	19
Compensação de imposto ativo	(1.272)	(1.367)
Impostos ativos após compensação	31.405	26.078
Bases Passivas	(1.272)	(1.367)
Capitalização de juros	(1.272)	(1.338)
Custo de transação de empréstimos	-	(29)
Compensação de imposto passivo	1.272	1.367
Impostos passivos após compensação	-	-
Imposto diferido líquido	31.405	26.078

Movimentação do imposto diferido	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	26.078	25.967
Reconhecimento no resultado	5.327	111
Saldos em 31 de dezembro	31.405	26.078

(a) A Empresa estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

	2023
2028	576
2029 em diante	17.063
Total	17.639

9. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, relativos às operações com partes relacionadas, decorrem de transações entre a Empresa, sua controladora, profissionais-chave da administração e outras partes relacionadas.

Saldos	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Ativo	5	36.978	36.983	-	3.835	3.835
Bancos conta movimento	-	8	8	-	21	21
Aplicações financeiras	-	13.473	13.473	-	-	-
Contas a receber	5	416	421	-	3.814	3.814
Direito de uso em arrendamento	-	23.081	23.081	-	-	-
Passivo	34.039	55.556	89.595	10.119	8.739	18.858
Fornecedores, contas a pagar e passivo de arrendamento	1.431	55.556	56.987	10.119	8.739	18.858
Mútuos	32.608	-	32.608	-	-	-



Transações	2023			2022		
	Controladora	Outras partes relacionadas	Total	Controladora	Outras partes relacionadas	Total
Custos / despesas - serviços prestados de transmissão de dados	-	(2.579)	(2.579)	-	(1.380)	(1.380)
Custos /despesas - infraestrutura utilizada	-	(1.623)	(1.623)	-	-	-
Custos /despesas - benefício da previdência privada de colaboradores	-	(282)	(282)	-	(100)	(100)
Custos /despesas - serviços especializados e consultorias	-	(26)	(26)	-	(53)	(53)
Despesa de prestação de garantias em emissões de dívidas	(162)	-	(162)	(429)	-	(429)
Despesas financeiras com juros, variações cambiais e monetárias	-	1.350	1.350	-	(412)	(412)
Despesas financeiras com mútuos	(3.260)	-	(3.260)	-	-	-
Repasse de custos e despesas - CSC	(2.906)	-	(2.906)	2.127	-	2.127
Repasse de custos e despesas de colaboradores	-	(72)	(72)	-	-	-
Receitas financeiras	-	1.502	1.502	-	-	-
Receita de prestação de serviço de partes relacionadas	61	4.981	5.042	3254	256	3.510
Outras receitas operacionais	2	133	135	34	6	40

9.1. Profissionais-chave da administração

Despesas com profissionais-chave da Administração

Diretores - Estatutários

	2023	2022
Remuneração (a):	2.047	3.258
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa	1.406	1.262
Outros benefícios:		
Provisão para remuneração variável	851	1.188
(Reversão) complemento de provisão de PPR do ano anterior pago no ano (b)	(212)	806
Seguro de vida	2	2

Saldos a pagar aos profissionais chave da Administração

	2023	2022
Remuneração dos administradores (a)	-	1.068

- (a) Contempla o valor de remuneração fixa e variável atribuível aos membros da administração e diretoria (conselho de administração, diretoria estatutária e diretoria não estatutária); e
- (b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi efetuado pagamento de PPR no montante de R\$ 976.

Decorrente da reestruturação da administração no Grupo CCR em 2023, houve rescisão dos Diretores da Empresa. Em 31 de dezembro de 2023, não há remuneração da Administração, pois atualmente os administradores são remunerados por outras partes relacionadas do Grupo CCR.

9.2. Taxas contratuais de transações com partes relacionadas

Taxas contratuais - mútuos	Vencimento final	2023	2022
CDI + 1,71% a.a.	Maior de 2024	32.608	-
Total		32.608	-



	2023	2022
Mútuo - Passivo	32.608	-
Circulante	32.608	-
Total	32.608	-

10. Ativo imobilizado e imobilizações em andamento

	Imobilizado						Total em operação	Imobilizações em andamento	Total imobilizado
	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Veículos	Instalações e edificações	Equipamentos operacionais	Fibra ótica			
Saldo em 1º de janeiro de 2022	47	178	202	-	27.278	21.195	48.900	29.682	78.582
Adições	-	-	-	-	-	-	-	28.303	28.303
Transferências	-	17	-	-	24.669	11.304	35.990	(35.990)	-
Depreciação	(28)	(70)	(101)	-	(11.062)	(1.578)	(12.839)	-	(12.839)
Outros	-	-	-	-	(1.358)	-	(1.358)	1.895	537
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19	125	101	-	39.527	30.921	70.693	23.890	94.583
Custo	329	692	852	256	189.793	39.787	231.709	23.890	255.599
Depreciação acumulada	(310)	(567)	(751)	(256)	(150.266)	(8.866)	(161.016)	-	(161.016)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	19	125	101	-	39.527	30.921	70.693	23.890	94.583
Adições	-	-	-	-	-	-	-	22.967	22.967
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	37	348	-	18	22.455	3.021	25.879	(25.879)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	139	-	-	-	-	139	-	139
Depreciação	(10)	(76)	(75)	(1)	(12.353)	(2.075)	(14.590)	-	(14.590)
Outros (a)	-	-	-	-	(1.379)	-	(1.379)	9	(1.370)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46	536	26	17	48.250	31.867	80.742	20.987	101.729
Custo	366	1.134	673	274	210.869	42.808	256.124	20.987	277.111
Depreciação acumulada	(320)	(598)	(647)	(257)	(162.619)	(10.941)	(175.382)	-	(175.382)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	46	536	26	17	48.250	31.867	80.742	20.987	101.729
Taxa média anual de depreciação %									
Em 31 de dezembro de 2023	10	17	24	7	14	5			

(a) Refere-se à tributos a recuperar – Controle de Crédito do ICMS do Ativo Permanente (CIAP).

Foram acrescidos aos ativos imobilizados, custos das notas promissórias no montante de R\$ 390 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 2.304 no exercício findo 31 de dezembro em 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 1,09% a.a. e 6,86% a.a. em 2022.

11. Intangível

	Intangível				
	Direito de uso de sistemas informatizados	Cessão de fibra ótica	Rádio frequência	Sistemas informatizados em andamento	Total em operação
Saldo em 1º de janeiro de 2022	656	54.151	732	233	55.772
Adições	-	7.345	133	212	7.690
Transferências	232	-	-	(232)	-
Amortização	(225)	(13.547)	(671)	-	(14.443)
Outros	-	(6.954)	(16)	6	(6.964)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	663	40.995	178	219	42.055
Custo	3.920	170.845	5.666	219	180.650
Amortização Acumulada	(3.257)	(129.850)	(5.488)	-	(138.595)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	663	40.995	178	219	42.055
Adições	-	43.868	624	3	44.495
Transferências	63	-	-	(63)	-
Reclassificação entre imobilizado e intangível	-	-	-	(139)	(139)
Amortização	(255)	(16.009)	(665)	-	(16.929)
Outros (a)	-	(3.349)	(9)	-	(3.358)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	471	65.505	128	20	66.124
Custo	3.983	211.364	6.281	20	221.648
Amortização Acumulada	(3.512)	(145.859)	(6.153)	-	(155.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	471	65.505	128	20	66.124
Taxa média anual de amortização %					
Em 31 de dezembro de 2023	20	7	35		

(a) Refere-se ao valor de reajuste e desconto sobre contratos.



Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos das notas promissórias no montante de R\$ 3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 23 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). As taxas médias de capitalização (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de notas promissórias) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram de 1,09% a.a. e 6,86% a.a. em 2022.

12. Arrendamento

12.1. Direito de uso em arrendamento

	Veículos	Equipamento Telecom	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	-	33.983	33.983
Adições / remensuração	665	10.091	10.756
Depreciação	(203)	(13.654)	(13.857)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	462	30.420	30.882
Adições / remensuração	-	39.309	39.309
Depreciação	(222)	(14.397)	(14.619)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	240	55.332	55.572

12.2. Passivo de arrendamento e Passivo de arrendamento com partes relacionadas

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	12.654	20.846	33.500
Adições / remensuração	3.953	35.356	39.309
Reversão do ajuste a valor presente	4.890	-	4.890
Pagamentos	(18.896)	-	(18.896)
Transferências	12.255	(12.255)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	14.856	43.947	58.803

O cálculo do valor presente foi efetuado considerando uma taxa de juros nominal de 9,24 % a.a. As taxas são equivalentes às de emissão de dívidas no mercado com prazos e vencimentos equivalentes.

12.3. Cronograma (não circulante)

Cronograma (não circulante)	2023
2025	8.482
2026	471
2027	662
2028	899
2029 em diante	33.433
Total	43.947



13. Notas promissórias

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Vencimento final	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar	2023	2022
14ª Emissão	CDI+1,40%AA	1,770% (a)	Abril de 2023	185	-	-	55.315
Total geral					-	-	55.315

	2023	2022
Circulante	-	55.315
Notas promissórias	-	55.378
Custos de transação	-	(63)
Total geral	-	55.315

- (a) O custo efetivo destas transações refere-se à taxa interna de retorno (TIR) calculada considerando os juros contratados mais os custos de transação. Para os casos aplicáveis, não foram consideradas as taxas contratuais variáveis para fins de cálculo da TIR.

14. Fornecedores

	2023	2022
Circulante	18.383	16.087
Fornecedores nacionais (a)	8.847	7.666
Fornecedores de fibra óptica (b)	6.274	6.045
Fornecedores de conectividade (d)	3.094	2.141
Fornecedores de rádio frequência (c)	168	235
Não circulante	30.353	21.251
Fornecedores nacionais (a)	42	42
Fornecedores de fibra óptica (b)	27.976	21.064
Fornecedores de conectividade (d)	2.335	136
Fornecedores de rádio frequência (c)	-	9
Total	48.736	37.338

- (a) O saldo refere-se aos fornecedores de serviços administrativos, materiais e equipamentos;
- (b) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de fibra óptica, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 54.224 (R\$ 36.898 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 12 a 180 meses;
- (c) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de rádio frequência, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 135 (R\$ 200 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 12 a 48 meses; e
- (d) Refere-se ao saldo a pagar aos fornecedores de conectividade, demonstrado a valor presente, cuja contrapartida está registrada no ativo intangível. O valor nominal dos contratos em 31 de dezembro de 2023 totalizava R\$ 5.694 (R\$ 2.163 em 31 de dezembro de 2022). Os contratos possuem vigência de 24 a 180 meses.

As taxas anuais para cálculo do valor presente para os contratos descritos nos itens (b), (c) e (d), com vigência iniciadas entre 2023 e 2022 são de 9,24% e 9,64%, respectivamente.



15. Riscos cíveis, administrativos, trabalhistas e previdenciários

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas respectivas operações, envolvendo questões trabalhistas e previdenciários.

15.1. Processos com prognóstico de perda provável

A Administração constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme quadro abaixo, com base em (i) informações de seus assessores jurídicos, (ii) análise das demandas judiciais pendentes, e (iii) experiência anterior referente às quantias reivindicadas:

	Trabalhistas e previdenciários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	56	56
Atualização de bases processuais e monetária	7	7
Saldo em 31 de dezembro de 2023	63	63

15.2. Processos com prognóstico de perda possível

A Empresa possui outros riscos relativos a questões cíveis, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não determinam sua contabilização.

	2023
Cíveis e administrativos	611
Total	611

16. Patrimônio líquido

16.1. Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Empresa é de R\$ 109.701, composto por 109.701.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.



17. Receitas

	2023	2022
Receita bruta	91.401	102.370
Receita de transmissão de dados	54.412	64.571
Receita de serviço de internet	14.339	12.596
Receita de locação de fibra óptica	22.137	24.656
Receita de direito de uso <i>colocation</i>	513	547
Deduções das receitas brutas	(13.770)	(19.919)
Impostos sobre receitas	(13.634)	(19.587)
Descontos concedidos e cancelamentos	(136)	(332)
Receita líquida	77.631	82.451

18. Resultado financeiro

	2023	2022
Despesas financeiras	(12.465)	(9.769)
Ajuste a valor presente - contratos	(3.143)	(2.588)
Ajuste a valor presente - contratos - partes relacionadas	1.363	594
Ajuste a valor presente - arrendamento	(4.890)	(2.963)
Juros sobre mútuos	(3.260)	-
Juros sobre notas promissórias	(2.126)	(6.639)
Comissão de fianças partes relacionadas	(162)	(429)
Juros sobre impostos parcelados	(14)	(19)
Capitalização de custos dos empréstimos	393	2.327
Taxas, comissões e outras despesas financeiras	(626)	(52)
Receitas financeiras	5.293	6.173
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.481	2.844
Ajuste a valor presente - contratos	1.909	2.668
Juros sobre impostos a recuperar	526	76
Juros e outras receitas financeiras	377	585
Resultado financeiro líquido	(7.172)	(3.596)

19. Instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros por categoria e hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.



		2023	2022
Ativos	Nível	42.861	83.831
Valor justo através do resultado		13.499	30.247
Caixa e bancos	Nível 2	13.499	27.220
Aplicações financeiras	Nível 2	-	3.027
Custo amortizado		29.362	53.584
Contas a receber das operações		28.941	49.770
Contas a receber de partes relacionadas		421	3.814
Passivos		(115.269)	(111.691)
Custo amortizado		(115.269)	(111.691)
Notas promissórias (a)	Nível 2	-	(55.315)
Fornecedores e outras obrigações		(49.851)	(37.518)
Fornecedores e contas a pagar a partes relacionadas		(32.810)	(18.858)
Mútuos com partes relacionadas		(32.608)	-
Total		(72.408)	(27.860)

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

- **Notas promissórias mensuradas ao custo amortizado** - Caso fosse adotado o critério de reconhecer esses passivos pelos seus valores justos (nível 2), os saldos apurados seriam os seguintes:

	2023		2022	
	Valor contábil (a)	Valor justo	Valor contábil (a)	Valor justo
Nota promissória (a)	-	-	55.378	55.557

(a) Os valores contábeis estão brutos dos custos de transação.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: B3 e Bloomberg), acrescidas dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente por taxa pré-fixada (pré-DI), acrescida de um componente de risco de crédito.

19.2. Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Empresa revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

A Empresa adotou para os cenários de estresse A e B da análise de sensibilidade, os percentuais de 25% e 50%, respectivamente, os quais são aplicados no sentido de apresentar situação que demonstre sensibilidade relevante de risco variável.

19.2.1. Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Abaixo estão demonstrados os valores resultantes das variações monetárias e de juros sobre os contratos de mútuos e aplicações financeiras com taxas pós-fixadas, no horizonte de 12 meses, ou seja, até 31 de dezembro de 2024 ou até o vencimento final de cada operação, o que ocorrer primeiro.



Risco	Exposição em R\$ ⁽³⁾ ⁽⁴⁾	Efeito em R\$ no resultado		
		Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
CDI	(33.260)	(1.040)	(1.254)	(1.465)
Efeito sobre os mútuos		(1.040)	(1.254)	(1.465)
CDI	13.654	111	138	163
Efeito sobre as aplicações financeiras		111	138	163
Total do efeito líquido de ganho		(929)	(1.116)	(1.302)
A taxa de juros considerada foi ⁽¹⁾:	CDI ⁽²⁾	11,6500%	14,5625%	17,4750%

(1) A taxa apresentada acima serviu como base para o cálculo, sendo a mesma utilizada nos 12 meses do cálculo:

No item (2) abaixo, está detalhada a premissa para obtenção da taxa do cenário provável:

- (2) Taxa de 31/12/2023, divulgada pela B3;
- (3) Os valores de exposição não contemplam ajustes a valor justo, não estão deduzidos dos custos de transação e também não consideram os saldos de juros em 31/12/2023, quando estes não interferem nos cálculos dos efeitos posteriores; e
- (4) O cenário de estresse contempla depreciação do fator de risco (CDI).

20. Demonstrações dos fluxos de caixa

20.1. Transações que não afetaram caixa

As transações que não afetaram caixa, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estão apresentadas nas rubricas do fluxo de caixa abaixo:

	2023	2022
Efeito no caixa líquido das atividades operacionais	49.844	(39.830)
Fornecedores	50.562	(24.935)
Tributos a recuperar	(1.370)	543
Impostos e contribuições a recolher	652	-
Contas a receber	-	9.552
Passivo de contrato	-	(24.990)
Efeito no caixa líquido das atividades de investimento	(49.192)	39.830
Aquisição de ativo intangível	(50.562)	49.925
Outros de ativo imobilizado	1.370	(543)
Arrendamento (pagamentos principal e juros)	-	(9.552)
Efeito no caixa líquido das atividades de financiamentos	(652)	-
Mútuos com partes relacionadas	(652)	-

20.2. Atividades de financiamento

A Empresa classifica os juros pagos como atividade de financiamento, por entender que tal classificação melhor representa os fluxos de obtenção de recursos para cumprimento das obrigações dos contratos de concessões.



Abaixo apresentamos o quadro de reconciliação das atividades de financiamento:

	Notas promissórias	Mútuos com partes relacionadas	Passivo de arrendamento	Total
Saldo inicial	(55.315)	-	(33.500)	(88.815)
Variações dos fluxos de caixa de financiamento	57.441	(30.000)	18.896	46.337
Captações (líquidas dos custos de transação)	-	(30.000)	-	(30.000)
Pagamentos de principal e juros	57.441	-	18.896	76.337
Outras variações que não afetam o caixa	(2.126)	(2.608)	(44.199)	(48.933)
Despesas com juros e variação monetária	(2.126)	(3.260)	-	(5.386)
Impostos sobre mútuos	-	652	-	652
Adições	-	-	(39.309)	(39.309)
Reversão do ajuste a valor presente	-	-	(4.890)	(4.890)
Saldo final	-	(32.608)	(58.803)	(91.411)

21. Eventos subsequentes

Em 25 de março de 2024, a Empresa aprovou o aumento de capital social no montante de R\$ 5.000, com emissão de 5.000 de novas quotas, no valor de R\$ 1,00 cada, a serem totalmente subscritas e integralizadas por sua única sócia em período a ser deliberado.



Composição da Diretoria

André Luiz Faria Tostes
Eduardo Siqueira Moraes Camargo

Diretor Presidente
Diretor

Contadora

Fabia da Vera Cruz Campos Stancatti
CRC 1SP190868/O-0